

União terá que pagar conta de R\$ 103,3 bi para salvar estados e bancos da falência

Governo enviou ontem ao Congresso pedido de autorização para emitir títulos

Gustavo Miranda/10-01-97

Leandra Peres e
Jorge Bastos Moreno

• BRASÍLIA. O Governo fechou a conta da renegociação das dívidas dos 22 estados e do saneamento dos bancos estaduais. O resultado é uma dívida de R\$ 103,3 bilhões, que a União terá de assumir para salvar estados e bancos da falência. A emissão dos títulos não significará um aumento na dívida do setor público como um todo, porque o crescimento da dívida do Tesouro Nacional será compensado pela redução das dívidas dos estados. Entretanto, a médio e longo prazos, haverá um custo efetivo para o Tesouro, correspondente à diferença entre as taxas de juros dos títulos federais e o que os estados pagarão no refinanciamento de suas dívidas.

— Não há como fazer este cálculo agora, porque não sabemos qual será a taxa de juros daqui a 30 anos — explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Emissão de títulos depende de autorização do Congresso

O pedido para a emissão dos títulos foi enviado ontem ao Congresso, na forma de um pedido de abertura de crédito especial no Orçamento de 1997. O impacto dessa emissão na dívida do Tesouro Nacional no mercado não pode ser medido antes da assinatura de todos os contratos, pois em muitos casos os títulos serão usados para troca de dívida mobiliária e contratual e, em outros, para pagamento de fornecedores. Um exemplo é o contrato assinado semana passada com o Governo de São Paulo. O total de títulos a ser emitido neste caso é de R\$ 50 bilhões, mas o aumento da dívida do Tesouro será de R\$ 12 bilhões, pois o restante faz parte da troca de outros papéis que já estão no mercado.

Apesar do valor elevado, a autorização para que o Tesouro Nacional faça a emissão dos R\$ 103,3 bilhões não deverá enfrentar oposição no Congresso, pois o assunto interessa aos governadores, que já mobilizaram suas bancadas. A expectativa do Ministério da Fazenda é de que o pedido



O SECRETÁRIO PEDRO Parente: 'Esse valor não é o desembolso líquido. Assumimos a dívida, mas recebemos ativos'

esteja aprovado até o fim de junho.

— Esse valor não é o desembolso líquido para o Governo. A medida em que assumimos a dívida também recebemos ativos — disse Pedro Parente.

O Governo estará assumindo R\$ 77,4 bilhões relativos aos protocolos de renegociação que já foram assinados, R\$ 8,5 bilhões vão para o saneamento dos bancos estaduais, R\$ 15,7 bilhões equivalem à correção aplicada sobre o valor total da dívida este ano e R\$ 1,7 bilhão para os juros que deverão ser pagos em 1997. A emissão dos títulos não tem data marcada, pois depende da assinatura dos contratos de renegociação da dívida, da aprovação do Senado e da permissão do Congresso.

O Governo calcula que receberá R\$ 4,1 bilhões dos estados este ano como pagamento dos juros acertados nos contratos de rolagem da dívida. São estes recursos que o Tesouro pretende usar para reduzir a dívida pública. Esta operação, entretanto, é contabilizada como uma despesa do Tesouro e por isso precisa ser incluída no pedido enviado ao Congresso, já que a Constituição estabelece que todos os gastos precisam estar incluídos no Orçamento.

Até agora, 20 estados fizeram acordo com a União

O Ministério da Fazenda também está estudando prorrogar até setembro o prazo para que os estados assinem os contratos de rolagem da dívida com a União. A MP com as regras para o refinan-

ciamento estabelecia que os protocolos de intenção, com as regras gerais do acordo, e os contratos detalhando cada operação deveriam estar assinados até 30 de junho.

— Já temos convicção de que não será possível assinar todos os contratos até a data marcada, mas o prazo para os protocolos deve continuar o mesmo — explicou Pedro Parente.

Até agora, 20 estados assinaram o acordo inicial com a União, faltando apenas Amazonas e Alagoas. Roraima, Paraná, Distrito Federal, Amapá e Tocantins ainda não procuraram o Governo federal para renegociar seus débitos. Os próximos estados a assinarem contratos de renegociação são Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. ■